

# Realidade e bom senso na economia

Herbert Levy \*

Não é bem o caso de soltar foguetes pelo êxito do Plano Real. Não se trata de nada de novo. Ele é exatamente igual ao que foi adotado em 1980, por iniciativa do FMI com o general João Baptista Figueiredo como presidente e Antônio Delfim Netto como ministro do Planejamento.

Aquele não entendia nada do assunto. Este era o responsável.

Não é de estranhar, portanto, que, em 1984, em visita ao Brasil, o Chanceler of the Exchequer (ministro da Fazenda) da Inglaterra tivesse afirmado que o acordo sobre a dívida externa, pelo qual nos comprometemos surpreendentemente a pagar juros integrais, fora produto de corrupção.

Fui relator da CPI das Polonetas. Ela só se insta-

lou diante da nossa determinação, porque a mobilização de deputados para impedir que funcionasse foi sem precedentes na Câmara dos Deputados.

Tínhamos um tratado de comércio de compensação com a Polônia que admitia um máximo de descoberto, para ambas as partes, de US\$ 5 milhões. Esse tratado só poderia ser alterado por meio de

**O absurdo déficit da balança comercial não tem paralelo em nossa história**

mensagem do Legislativo, o que nunca aconteceu. Em conciliabulos nos gabinetes dos ministros Delfim e Galvêas, foram semeadas concessões e, quando pouco depois, a Polônia declarou-se insolvente, seu débito havia subido para quase US\$ 2 bilhões. Isso dá a medida do assalto aos dinheiros públicos sofrido pelo Brasil. Mas, voltando ao plano do FMI, depois repetido no Plano Real, entre 1980 e 1984 o País tinha 4,5 milhões de desempre-

gados (dados do Ministério do Trabalho), e explosão das favelas e proletarização da classe média.

Então, por que resultados tão diferentes em 1980 e

1995? É o que tenho sempre ressaltado nas minhas críticas. No primeiro caso, há a duplicidade do ministro Delfim Netto, exposta no meu último livro "Viver é Lutar" em minúcias. No segundo, a reconhecida integridade do presidente Fernando Henrique Cardoso, como também tenho enfatizado sempre em meus comentários. Ela estimula investimentos internos e externos, estes ganhando proporções excepcionais.

Mas as qualidades morais do presidente Fernando Henrique não têm impedido:

1) O absurdo déficit da



balança comercial brasileira, que não encontra paralelo em nossa história.

2) As dezenas de bilhões de dólares de dinheiro especulativo, atraídas ex-

clusivamente pelos juros que acompanharam o Plano Real, os mais altos do mundo. Não experimentamos ainda o custo insuportável desse dinheiro quente quando for repatriado, porque os juros de 100% a.a. têm baixado, mas as especulações vantajosas de bolsa os foram substituindo. Isso explica também por que temos reservas cambiais de US\$ 60 bilhões, as maiores de que se tem notícia, apesar dos déficits da balança comercial e do balanço de pagamentos.

3) A inadimplência de centenas de milhares de

correntistas de bancos, que provocou uma crise bancária superior à de 1929, com o Banco Central supervisionando as liquidações e incorporações forçadas e mais os prejuízos sem precedentes arcados pelo Banco do Brasil.

4) O forte agravamento do desemprego, que estimula crise social penosa para a Nação. Em 1995, primeiro ano do Plano Real, as atividades rurais foram mais atingidas, tendo sido despedidos 1,2 milhão de trabalhadores. Como não sabem fazer outra coisa, eles foram engrossar o Movimento dos Sem-Terra, estimulando invasões ilegais de propriedades improdutivas e também das produtivas.

Vamos parando por aqui. Se o governo não fosse com tanta sede ao pote e flexibilizasse a deflação promovida normalmente pelo FMI, a es-

tabilidade monetária, indiscutivelmente um índice de alto valor na economia e que impressiona bastante no País, e sobretudo no exterior, seria alcançada com maior demora, mas sem os graves reflexos que ocorreram.

O próprio FMI está sendo crescentemente criticado e se autocritica também, porque adota o remédio deflacionário

**O forte agravamento do desemprego estimula crise penosa para a Nação**

para os países desenvolvidos ou em desenvolvimento, não levando em conta as diferenças fundamentais, pois naqueles o seguro desemprego funciona e nestes é uma ficção.

Registrando objetivamente esses fatos, volto a ressaltar a importância sem paralelo da autoridade moral do governo, qualidade insubstituível e de valor inestimável. ■

\* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil.